

Povos indígenas Para especialistas, dezenas de projetos de lei em tramitação no Congresso ameaçam áreas Cresce disputa pelas terras dos índios no país

Daniela Chiaretti
De São Paulo

“Os índios estão sob fogo cerrado”. A frase, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora emérita da Universidade de Chicago e professora titular aposentada da Universidade de São Paulo (USP), explicita o sentimento de especialistas em relação à questão indígena no Brasil, às vésperas do Dia do Índio, comemorado dia 19. “As terras indígenas e as unidades de conservação, terras mantidas fora do mercado, estão sendo mais do que nunca cobiçadas.”

O cerne do conflito é a disputa pela terra. A extensão das terras indígenas no Brasil chega a 13% do território nacional, distribuídas desigualmente. A Constituição diz que a terra indígena demarcada é da União, mas os índios têm direito a usufruto exclusivo.

A maior extensão de terras indígenas está na Amazônia, onde tudo tem grandes proporções — municípios, latifúndios, unidades de conservação. Foi ali, e também no Centro-Oeste, que a maior parte das terras indígenas extensas e contínuas foi reconhecida depois que a Constituição garantiu os direitos indígenas, em 1988. A demarcação que sobrou fazer é a de terras mais disputadas, mais caras e de histórico de ocupação mais complexo.

No Nordeste, Leste e Sul, os índios vivem em territórios bem pequenos. Os milhares de guaranis-kaioiwás confinados em áreas diminutas no Mato Grosso do Sul, ou vivendo à beira das estradas enquanto aguardam solução para o seu caso, constituem o lado mais dramático desse quadro. Os guaranis são o povo indígena mais numeroso do Brasil e se espalham pelo Mato Grosso do Sul, pelas fronteiras com Paraguai e Argentina e também pelo Estado de São Paulo.

Segundo dados de 2010, do IBGE, existem 240 povos indígenas no Brasil. Falam 154 línguas. Embora alguns povos estejam ameaçados de extinção, a população indígena vem crescendo. Eram 896.917 no último Censo.

“Trata-se de um mosaico de microssociedades”, diz o catálogo da exposição “Povos Indígenas no Brasil”, que está no Parque Ibirapuera, em São Paulo, organizada pelo Instituto Socioambiental, o ISA (veja reportagem nesta página). “Metade das etnias tem uma população de até mil pessoas, 49 etnias têm parte da população habitando países vizinhos e há 60 evidências de povos ‘isolados’”.

Na outra ponta estão dezenas de projetos de lei tramitando no Congresso e que ameaçam terras indígenas e novos processos de demarcação. Há projetos de mineração que se sobrepõem a esses territórios e projetos hidrelétricos que o governo quer impulsionar e que afetam povos indígenas. No Centro-Oeste, terras que índios reivindicam são muitas vezes ocupadas por produtores rurais que têm título expedido pelo Estado.

“Essa é uma semana do índio de pouca comemoração e muita apreensão”, diz Adriana Ramos, secretária-executiva-adjunta do ISA, ONG reconhecida pelo trabalho com os índios. “Estamos vivendo momento de grande ameaça aos direitos constituídos e de multiplicação de conflitos, inclusive fomentados por discursos de políticos e representantes empresariais.”

Uma das maiores ameaças vem da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000. O projeto tira do Executivo a competência de aprovar as demarcações e transfere o processo ao Congresso. Na visão de indigenistas, se aprovado, não haverá novas demarcações de terras indígenas no país. O governo disse ser contrário à iniciativa e a considera inconstitucional. No fim de 2013, foi instalada uma comissão especial para analisar a PEC. No colegiado, a maioria é de deputados ruralistas.

Há ainda projetos de abrir terras indígenas para arrendamento com fins agropecuários ou de mineração”, diz Adriana. “Essas propostas são ‘vendas’ como alternativas econômicas a populações que vivem em situações de fragilidade. Mas elas se contrapõem ao modo de vida tradicional desses povos”, critica. Essas iniciativas operariam em um vácuo deixado pelo poder público. “O Estado dá pouco apoio a alternativas econômicas condizentes com o modo de vida indígena. Poderia desenvolver o manejo sustentável de produtos da biodiversidade. Extração de óleos da floresta, fibras, frutas, turismo. Tudo isso poderia ser implementado.”

“Hoje, a situação é difícil”, reconhece o antropólogo Marcio Meira, que esteve à frente da Fundação Nacional do Índio (Funai) de 2007 a 2012, o mais longo presidente do órgão. “Os setores da sociedade que são historicamente anti-indígenas, têm agido de forma muito agressiva, principalmente no Congresso Nacional”, avalia. “O centro é a base ruralista. Qual o agravante? Que essa base hoje tem muita força. Boa parte das exportações do Brasil vem daí”, diz Meira.

Segundo o antropólogo, “esse poder tem tentáculos” no Judiciário e no Executivo. “Há muitos processos de judicialização das terras indígenas e muitos juízes nos últimos anos têm se manifestado contrários aos índios, com decisões polêmicas.” Ele lembra que, dentro do governo, existem ministérios mais favoráveis aos povos indígenas, mas há outros com posições mais conservadoras.

Meira enxerga, também, alguns avanços nos últimos anos. Um dos principais teria sido na área da educação, com o ingresso de índios nas universidades. As estimativas são de que existem 1.700 indígenas em universidades federais, recebendo bolsas de R\$ 900. “É um investimento de R\$ 20 milhões anuais, algo que não existia há um ano.”

Os índios têm direito a Bolsa Família e aposentadoria rural. “Mas a saúde indígena ainda tem muito



Em junho de 1988, indígenas de várias etnias promoveram uma vigília no Congresso Nacional para garantir os direitos dos índios no texto final da Constituição

Demarcações dos últimos seis presidentes

Situação das terras indígenas (TI) no Brasil desde o governo Sarney

Presidente	Áreas declaradas * unidades **	Extensão (em milhões de hectares)	Áreas homologadas * unidades **	Extensão (em milhões de hectares)
Dilma Rousseff (jan/11 a abril/13)	9	1,0	11	2,0
Luiz Inácio Lula da Silva (jan/07 a dez/10)	51	3,0	21	7,7
Luiz Inácio Lula da Silva (jan/03 a dez/06)	30	10,3	66	11,0
Fernando Henrique Cardoso (jan/99 a dez/02)	60	9,0	31	9,7
Fernando Henrique Cardoso (jan/95 a dez/98)	58	26,9	114	31,5
Itamar Franco (out/92 a dez/94)	39	7,2	16	5,4
Fernando Collor (Mar/90 a set/92)	58	25,8	112	26,4
José Sarney (abr/85 a mar/90)	39	9,8	67	14,4

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA) (*A terra Indígena é declarada pelo ministro da Justiça; a homologação ocorre por decreto do Presidente da República e é o final do processo (**) Várias terras indígenas homologadas em um governo foram redefinidas e novamente homologadas

gargalo”, afirma o antropólogo. E embora hoje não haja quase nenhuma terra indígena sendo homologada, há alguns casos de desintrusão, o que demanda investimento e esforço enorme do governo. O caso mais famoso é o da terra indígena Awa-Gujá, no Maranhão, iniciado este ano, e depois suspenso para que o Incra encontrasse uma solução para os produtores rurais. Eles tinham que sair da terra e não sabiam para onde ir.

A última homologação de terra indígena no Estado de São Paulo ocorreu há 16 anos, informa Otávio Pentead, assessor de programas da Comissão Pró-Índio SP, no boletim da entidade. No Estado, há 17 terras indígenas em processo de demarcação e estima-se que há outras 16 sem processo iniciado. Mais da metade das 29 terras indígenas de São Paulo não está demarcada, o que deixa a população sem acesso às políticas públicas. São Paulo, segundo a ONG, é a cidade brasileira com mais índios no espaço urbano — seriam quase 12 mil, segundo o Censo de 2010.

“É nas áreas indígenas que se concentram algumas das maio-

res riquezas do Brasil em termos minerais e de biodiversidade”, diz o professor Antonio Carlos de Souza Lima, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da UFRJ, referindo-se a terras na região Norte. “São notadamente as mais bem conservadas.”

Ele defende uma proposta de educar a sociedade brasileira para valorizar e respeitar a diversidade que há no país. “A primeira coisa é ter a plena consciência de que isso tem que fazer parte da educação brasileira, que vivemos em um país multicultural e pluriétnico. Com populações que têm direito a viver de acordo com modos diferentes dos cultivados pela sociedade contemporânea”, diz. “A conscientização tem que sair das boas intenções e avançar do papel para as práticas.”

O Brasil tem há seis anos legislação que regulamentada a obrigatoriedade de ensino, nas escolas, de história e cultura afro-brasileira e indígena. “Essa lei até hoje não é aplicada. Ninguém cumpre”, diz Souza Lima. “Todo mundo centra a questão no tema da terra, porque é a defesa mais ime-

diata aos ataques”, afirma. “Mas isso não substitui um projeto de longo prazo para esse tema.”

“O brasileiro não conhece o Brasil”, diz Souza Lima. “Tem que entender que índio que vive nu na aldeia, distanciado de tudo, não é a regra hoje em dia. Até filhos de ianomâms frequentam escolas e universidades. Ao incorporar certos elementos da sociedade não indígena, eles o fazem de acordo com a sua própria lógica. E por isso não deixarão de ser índios.” Segundo o professor, “é fundamental ouvir o que os próprios indígenas têm a dizer sobre os seus projetos e o que têm passado. Isso tem que ser ouvido pelos escalões mais altos da administração”.

O governo, no âmbito do Ministério da Justiça, prepara um projeto que altera os procedimentos de demarcação das terras indígenas. A minuta, divulgada há alguns meses, desagradou indigenistas e ruralistas.

Em outra frente, na Secretaria-Geral da Presidência, procura-se estabelecer parâmetros que regulamentem a consulta prévia. Trata-se de pôr em prática o artigo 6 da Convenção 169 da Orga-

nização Internacional do Trabalho (OIT). O tratado versa sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, foi aprovado em 1989 e começou a vigorar em 1991. O Brasil foi um dos 20 países que ratificaram a convenção, com posterior aprovação no Congresso e promulgação pelo Executivo. A convenção internacional ganhou status de lei.

A Convenção 169 diz que a consulta aos povos afetados por algum projeto tem que ser feita de boa-fé. O governo tem vários projetos de hidrelétricas na Amazônia que afetarão grupos indígenas. A ideia da consulta, segundo algumas interpretações, é que ela teria que ser prévia, livre e consentida. A ideia do veto é debate superado: a meta é ter o consentimento dos afetados ou chegar a um acordo. O problema é que a convenção é genérica, é preciso criar um padrão sobre a consulta. Bolívia, Peru e Chile percorreram essa trilha. No Brasil criou-se um grupo interministerial em 2012, que procura avançar nesse campo.

Enquanto o governo tenta avançar nessa frente, os índios sofrem com a invasão de suas terras por garimpeiros e madeiros, pela contaminação de recursos hídricos por mercúrio ou agrotóxicos e pela pressão do entorno, segundo indigenistas.

Na visão de Manuela Carneiro da Cunha, a isso se soma “o cerco legislativo, uma investida sem precedentes do Congresso”, diz ela. “Desde a Colônia até os anos 90, a legislação sempre declarou os direitos dos índios. Mas era um movimento inócuo, porque ninguém respeitava. Hoje, quando os índios tentam fazer valer seus direitos, tenta-se esvaziá-los.”



No Ibirapuera, o cacique Raoni, 30 anos depois, olha sua foto puxando a orelha do então ministro Mario Andreazza

Mostra de fotos no Ibirapuera reúne imagens da luta dos povos indígenas

De São Paulo

O cacique Raoni Metuktire, uma das lideranças indígenas mais conhecidas do Brasil, puxa a orelha do então ministro do Interior Mario Andreazza e diz: “Aceito ser seu amigo. Mas você tem que ouvir o índio”. A foto de maio de 1984 faz parte de uma exposição que refina 18 totens iluminados por painéis solares e está no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, ao lado do museu Afro Brasil, com cenas impactantes da trajetória indígena na história recente do país. Lá se vê que a amizade condicionada proposta por Raoni ainda faz muito sentido, 30 anos depois.

A exposição “Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos” teve curadoria de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA). A ideia é celebrar 25

anos da Constituição — com ênfase no capítulo sobre direitos dos povos indígenas.

Há imagens icônicas como as dos índios no plenário da Constituinte, cocares nas cabeças, ou em vigília, para garantir seus direitos no texto final da Constituição. Outra cena forte é a do índio deitado sobre o asfalto de rodovia em Porto Seguro, na Bahia, enquanto a Polícia Militar impede a marcha indígena nos eventos de comemoração dos 500 anos do Brasil.

Em outro painel, índios no Acre apontam para cima arcos e flechas, mirando o aparelho que sobrova suas cabeças. Trata-se de um dos 60 povos isolados que ainda existem no Brasil, segundo a Funai. Há imagens dramáticas, como a do ianomami sendo resgatada por um piloto da Força Aérea Brasileira, vítima da invasão garimpeira, e outras, curiosas, como a do povo enawenê-nawê construindo suas

tradicionais barragens no rio Juruna, para poder pescar.

O olhar mais triste é de um guarani kaioiwá cortador de cana em usina de açúcar no Mato Grosso do Sul. Os guaranis kaioiwás somam 45 mil pessoas vivendo em terras minúsculas, ou acampados na beira das estradas, no que se configura como a situação mais crítica de um povo indígena no Brasil de hoje. Outra foto mostra Mário Juruna Xavante, o cacique Juruna, único indígena deputado federal no Brasil, eleito pelo Rio de Janeiro.

A exposição do ISA e da Embaixada da Noruega foi antes para Brasília. Na abertura estavam Raoni e os outros dois mais importantes líderes indígenas do Brasil, Davi Kopenawa e Marcos Terena. A iniciativa comemora os 30 anos do apoio norueguês aos índios brasileiros. A exposição fica em São Paulo até dia 22 e deve seguir para Belém e Manaus. (DC)